



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL

Março de 2024
em Abril de 2024

Melhoram as expectativas para o PIB de 2024

A mediana das expectativas do mercado financeiro continua em trajetória de alta desde o início de 2024, como pode ser visto no gráfico nº 1. Os mais otimistas esperam crescimento de 2,5%, e os pessimistas, de 0,78%. É possível que o Brasil cresça entre 2% a 2,5%, mas a questão relevante são os fatores dinamizadores da economia. Em 2023, o agronegócio e os serviços, do lado da oferta, e a demanda das famílias e externa foram os motores que alavancaram a economia brasileira.

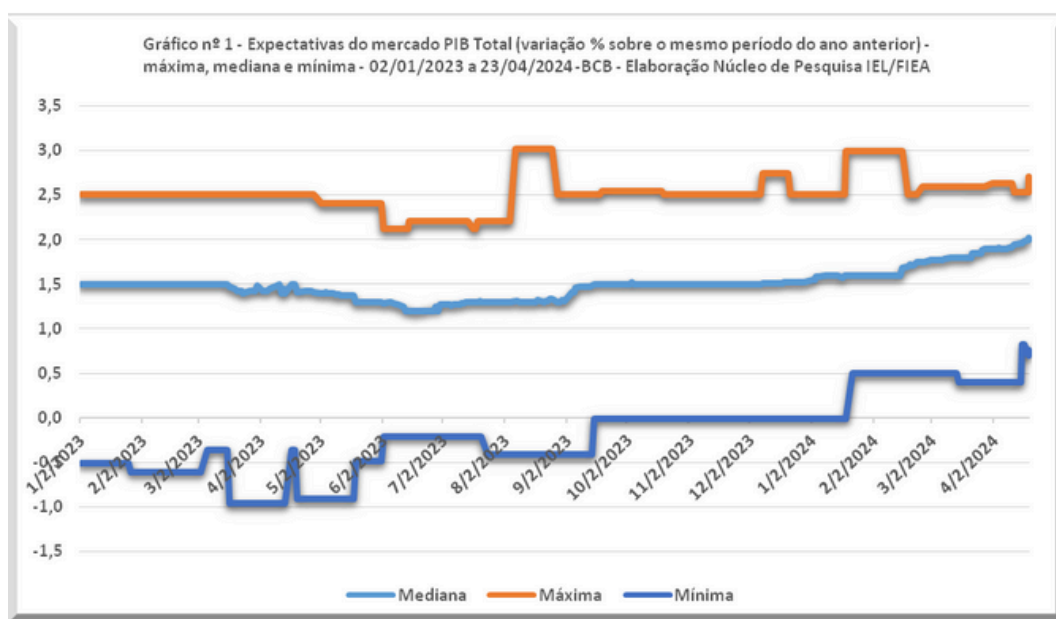
Para 2024, as expectativas do mercado apontam para um maior protagonismo do setor industrial, coadjuvado pelo setor de serviços, visto que, no caso da agropecuária, é esperada uma queda de 1,0%.

O fator primordial que vem sustentando a demanda da economia são as políticas sociais que tem alavancado o consumo, principalmente das famílias de níveis de renda mais baixos. Tais políticas, por sua vez, visto que os consumidores nessa faixa possuem maior propensão a gastar, contribuem para a melhora das expectativas.

As expectativas do mercado para o PIB em 2024 refletem uma análise positiva de vários componentes da demanda agregada. O consumo das famílias é esperado crescer 2,2%, impulsionado pelo aumento de 13,46% no rendimento médio real efetivo e 14,5% na massa salarial real, além de um aumento de 16,5% no salário mínimo real, que eleva o poder de compra, especialmente entre os trabalhadores de menor renda. Por sua vez, o consumo do governo deve registrar um aumento de 1,5%, possivelmente favorecido por um aumento de arrecadação fiscal, decorrente da melhoria geral do mercado de trabalho e do aumento da renda. O investimento é projetado para crescer 2,0%, refletindo a confiança dos empresários e a estabilidade econômica que encoraja gastos em capital. Já as exportações, com uma expectativa de aumento de 3,0%, beneficiam-se da recuperação global e da competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Simultaneamente, as importações devem crescer 3,1%, um indicativo do aumento da demanda interna por bens de consumo e intermediários, assim como por equipamentos de capital não produzidos internamente, que são essenciais tanto para o consumo quanto para a produção empresarial.

De acordo com o Informe Conjuntural da CNI do 1º trimestre de 2024[1], prevê-se um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do setor industrial em 2,1% para o ano de 2024, em comparação com 1,6% registrado em 2023. É relevante salientar que todas as áreas industriais esperam crescimento em 2024, ao passo que, em 2023, houve uma variação heterogênea, com um pronunciado crescimento na Indústria Extrativa e declínios na Indústria da Construção e na Indústria de Transformação.

Essas estimativas refletem um cenário econômico favorável e uma demanda doméstica e externa em ascensão. Contudo, é crucial também levar em conta variáveis externas e as políticas macroeconômicas, como as fiscais e monetárias, que podem moderar ou amplificar esses efeitos. Até o momento, a sinergia entre os indicadores econômicos e as políticas aplicadas vem sendo comprometida principalmente pela política monetária.



Mercado sinaliza selic mais alta no final do ciclo de baixa

Como já esperado, o mercado começa a sinalizar a interrupção dos cortes da Selic em 9,5% e não mais 9,0%, além da redução dos cortes para 0,25% contra os 0,5% que vinham ocorrendo desde o início do ciclo de baixa da taxa básica de juros. Por sua vez, a taxa de crescimento do IPCA no Brasil continua a desacelerar, com a medida nos últimos doze meses diminuindo de 4,5% em janeiro para 3,9% em fevereiro. A taxa de inflação implícita para os próximos 252 dias úteis está em torno de 3,7%, assim como as expectativas para o médio e longo prazo, de 3,5% e 3,6%, respectivamente. Esses dados, como vêm sendo acentuado em análises anteriores, indicam uma trajetória de queda do IPCA e a ausência de risco de descontrole inflacionário, apesar da economia continuar crescendo acima das expectativas. O Banco Central do Brasil (BCB) justifica uma possível mudança no ritmo de redução da taxa SELIC e sua estabilização em 9,5% ao ano diante de uma análise abrangente do cenário internacional e doméstico, bem como das perspectivas inflacionárias. Internacionalmente, a volatilidade nos ativos de países emergentes contrasta com uma economia norte-americana sólida e uma inflação resiliente, trazendo incertezas sobre a desinflação futura nos EUA. Além disso, desafios como a velocidade da desinflação em meio a uma atividade forte e incertezas sobre o ciclo financeiro global demandam cautela na condução da política monetária.

Domesticamente, o BCB observa uma atividade econômica marcada por resiliência, sustentada por fatores como dinamismo do mercado de trabalho, benefícios sociais, enquanto desafios como ritmo lento da retomada dos investimentos e o esmorecimento nas reformas estruturais elevam a preocupação sobre a taxa de juros de longo prazo da economia. Ademais, no âmbito inflacionário, incertezas quanto aos aumentos salariais e expectativas acima da meta requerem uma atuação firme da autoridade monetária para garantir a estabilidade econômica e a ancoragem das expectativas de inflação.

Em termos prospectivos, o BCB identifica fatores de risco em ambas as direções para as expectativas de inflação, destacando a importância da execução das metas fiscais, a transmissão do ciclo de afrouxamento monetário para o mercado de crédito e os desafios relacionados à dinâmica do mercado de trabalho. Assim, a postura cautelosa na condução da política monetária é reforçada, visando reforçar a dinâmica desinflacionária e assegurar a estabilidade econômica em um ambiente caracterizado por incertezas tanto domésticas quanto internacionais.

A mudança de postura do Banco Central do Brasil (BCB), ao possivelmente estabilizar a taxa SELIC em 9,5% ao ano, pode afetar negativamente as expectativas de crescimento econômico em 2024. Essa decisão reflete a cautela diante de incertezas internacionais e domésticas, como a volatilidade nos ativos de países emergentes e os desafios estruturais na economia brasileira. A manutenção da taxa de juros em um nível relativamente elevado pode desencorajar investimentos produtivos e desacelerar a atividade econômica, especialmente em um contexto de necessidade de retomada dos investimentos e estímulo ao crescimento. Assim, a mudança de postura do BCB pode comprometer a dinâmica de crescimento da economia brasileira em 2024, exacerbando os desafios econômicos já existentes.

A produção industrial brasileira em dezembro de 2023

Em fevereiro de 2024, a produção industrial brasileira não apresentou crescimento, com uma queda de -0,3% em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal, principalmente devido ao setor extrativo que, após um ano de ganhos, está em um processo de ajuste. A indústria de transformação permaneceu estável. Enquanto bens intermediários mostraram recuo, bens de consumo semi e não duráveis voltaram a crescer, assim como bens de capital e de consumo duráveis, indicando uma melhora em relação ao segundo semestre de 2023. No entanto, a incerteza persiste, com indicadores de confiança empresarial em declínio em março de 2024, apesar dos estoques abaixo do planejado, especialmente na indústria de transformação.

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,3	5,0	4,3	1,0
Bens de capital	1,8	5,3	3,6	-9,4
Bens Intermediários	-1,2	5,1	4,8	1,5
Bens de consumo	1,3	5,4	4,2	2,1
Bens de consumo duráveis	0,4	4,8	4,1	2,2
Semiduráveis e não duráveis	0,4	4,8	4,1	2,2
Extrativa Mineral	-0,9	5,3	6,1	7,5
Transformação	0,0	4,9	4,0	-0,2

Segundo dados fornecidos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a utilização da capacidade instalada na indústria de transformação registrou um aumento marginal de 78,5% para 78,7% entre janeiro e fevereiro de 2024, quando ajustado sazonalmente. Em relação a fevereiro de 2023, observou-se uma diminuição de 0,2 pontos percentuais. Este cenário resulta em uma capacidade utilizada na indústria que se encontra 2,2 pontos percentuais acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020: 76,5%), e 1,7 pontos percentuais abaixo da média histórica (80,4%).

SÍNTESE DO PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

Diretor Executivo:

Walter Luiz Juca Sá

Coordenador Unidade Técnica

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

Diretor Regional:

José Carlos Lyra de Andrade

Superintendente:

Helvio Braga Vilas Boas

Coordenadora de Inovação e Pesquisa

Elíana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

Coordenadora

Elíana Maria de Oliveira Sá

Consultores

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Analistas

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

Estagiários

Maria Raquel Farias Cezário

Bruno Melo Vasconcelos

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Juliana Alves de Melo

Pedro Monteiro de Oliveira

Design/Layout

Pedro Monteiro de Oliveira



Março de 2024
em Abril de 2024